



Prefeitura Municipal de Bom Despacho
Estado de Minas Gerais
Gabinete do Prefeito



Of. nº 188/2022/GPBCN

Bom Despacho, 10 de maio de 2.022

À Sua Excelência o senhor
Vinícius Pedro Tavares de Araújo
Presidente da Câmara Municipal
Rua Marechal Floriano Peixoto, 40 – Centro
35.630-034 – Bom Despacho-MG

Assunto: Encaminha projeto substitutivo ao Projeto de Lei nº 33/2022, que alterava dispositivos das Leis 2.349, 2.350, 2.351 e 2.352, todas de 26 de setembro de 2.013.

Senhor Presidente

Encaminho Projeto de Lei Substitutivo ao PL 33/2022, o qual alterava dispositivos das Leis 2.349, 2.350, 2.351 e 2.352 de 2.013, passando agora a “revogar dispositivos das Leis 2.349, 2.350 e 2.352 de 2.013.”

Em nova avaliação, fora realizada a alteração do texto inicialmente enviado através do PL 33/2022, de modo a manter o teor do caput do artigo 25 das Leis 2.350 e 2.351, bem como do artigo 27 das Leis 2.349 e 2.352, mantendo o que está em vigor, passando agora a revogar os incisos que dispõem de algumas disciplinas que entende-se não serem viáveis de obrigatoriedade, em virtude da alta complexidade, o que acarretou o histórico recorrente de reprovações em concursos passados, realizados por este município.

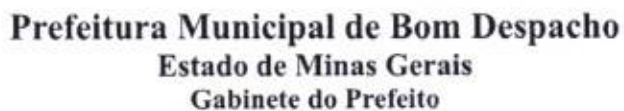
A revogação da obrigatoriedade de cobrança de algumas disciplinas dispostas no presente projeto de lei substitutivo, visa o aumento do índice de aprovação nos próximos concursos públicos a serem realizados.

Certo é que a obrigatoriedade de vários conteúdos, gera uma amplitude e extensão de matérias a serem estudadas, o que pode gerar, desestímulo, tão somente à inscrição para o concurso, e havendo estímulo, em maiores chances de reprovações.

Quando o Município planeja e promove a abertura de concurso público, seu objetivo é o preenchimento de vagas para suprir, muitas vezes, necessidades imediatas. As revogações propostas possibilitarão o maior número de interessados nos concursos deste Município e, consequentemente, maior número de aprovados.

Ademais, importante destacar que as disciplinas que pretende-se retirar a obrigatoriedade de cobrança em prova de concurso, poderão ser tratadas e aprofundadas no Curso de Formação dos Servidores, o que é muito mais adequado.

Diante do exposto, encaminho à Vossas Excelências o presente Projeto de Lei substitutivo, que visa revogar alguns dispositivos que mencionam as Leis nºs 2.349, 2.350 e 2.352, todas de 26 de setembro de 2.013, para apreciação dos nobres vereadores, com a certeza de rápida aprovação, uma vez que os objetivos visados pelo Projeto de Lei proposto são de interesse da Administração Pública.





Projeto de Lei Substitutivo nº /2.022

Revoga dispositivos das Leis 2.349, 2.350 e 2.352, todas de 26 de setembro de 2.013 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bom Despacho/MG, no uso de suas atribuições, em especial o inciso IV do artigo 87 da Lei Orgânica Municipal, encaminha o presente Projeto de Lei para posterior tramitação legal nessa Egrégia Casa.

Art. 1º Fica revogado o disposto nos incisos IV, V, VI, VII, VIII e XI do artigo 27 da Lei 2.349, de 26 de setembro de 2.013.

Art. 2º Fica revogado o disposto no inciso X do artigo 25 da Lei 2.350, de 26 de setembro de 2013.

Art. 3º Fica revogado o disposto nos incisos VI, VII, VIII e XI do artigo 27 da Lei 2.352, de 26 de setembro de 2.013.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Bom Despacho, 10 de maio de 2.022, 110º ano de emancipação do Município.

**BERTOLINO DA
COSTA NETO**
50700553849

Bertolino da Costa Neto
Prefeito Municipal